



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Vice-Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vice-Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Manuel Marques Pereira, comunicou, ao abrigo do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estará ausente entre 23 de setembro e 21 de outubro de 2015, pelo que, em virtude desta ausência, a vaga ocorrida será preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, **Dr.ª Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira.**

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015
4. APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015

5. APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 1 DE OUTUBRO DE 2015
6. REQ. N.º 1374/15, DATADO DE 2015/09/25 – PC N.º 271/15, DATADO DE 2015/08/06 – ELPIDIO JESUS CARNIDE
7. REQ. N.º 956/15, DATADO DE 2015/07/13 – PC N.º 166/12, DATADO DE 2012/06/14 – ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA E MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO
8. REQ. N.º 1282/15, DATADO DE 2015/09/09 – PC N.º 320/15, DATADO DE 2015/09/09 – FERNANDO DA SILVA FILIPE DOS SANTOS
9. REQ. N.º 1396/15, DATADO DE 2015/09/29 – PC N.º 359/14, DATADO DE 2014/10/20 – GESTAVARES – ADMINISTRAÇÃO COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA.
10. REQ. N.º 1000/15, DATADO DE 2015/07/21 – PC N.º 6/13, DATADO DE 2013/01/04 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO.
11. REQ. N.º 1093/15, DATADO DE 2015/08/07 – PC N.º 112/08, DATADO DE 2008/03/18 – JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA GOMES
12. REQ. N.º 646/15, DATADO DE 2015/05/11 – PC N.º 157/15, DATADO DE 2015/05/11 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA
13. REQ. N.º 646/15, DATADO DE 2015/05/11 – PC N.º 157/15, DATADO DE 2015/05/11 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA; AUDITERPRISE – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A.; TRADILUSA – EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS, LDA E BRIGADA RELAMPAGO – CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA
14. REQ. N.º 439/13, DATADO DE 2013/03/21 – PC N.º 51/10, DATADO DE 2010/03/23 – ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA
15. REQ. N.º 1111/15, DATADO DE 2015/08/11 – PC N.º 294/2015, DATADO DE 2015/08/11 – TJ AÇOS, LDA
16. REQ. N.º 1376/15, DATADO DE 2015/09/25 – PC N.º 338/2015, DATADO DE 2015/08/28 – ILIMOLDES – FABRICO DE MOLDES METÁLICOS, UNIPESSOAL, LDA

17. DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – DECISÃO FINAL
18. ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE USO DE 23 LUGARES EM ESPAÇO PÚBLICO AUTORIZADO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE
19. PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA A PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.
20. CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES NO MUSEU JOAQUIM CORREIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2007. RECEÇÃO DEFINITIVA. RATIFICAÇÃO.
21. REQ. N.º 1356/15, DATADO DE 2015/09/23 – PC N.º 87/15, DATADO DE 2015/03/26 – ARMANDO FERREIRA MACHADO
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
23. PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017
24. LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2015 A COBRAR NO ANO DE 2016
25. FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016 E REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O PRÉDIO DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO SUJEITO PASSIVO
26. REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, INQUILINA RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.
27. APRECIACÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1º E 2º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA, ESCLARECIMENTOS E DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES
28. PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

**29. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE
NOVEMBRO E DEZEMBRO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS**

**30. IGUALDADE DE GÉNERO: ASSINATURA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM
A COMISSÃO PARA IGUALDADE DE GÉNERO E ADESAO À REDE NACIONAL DE
RESPONSABILIDADE SOCIAL.**

31. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se os seguintes munícipes:

1 — D. Maria Araújo Rodrigues Moreira, residente na Rua dos Loureiros, n.º 7, Comeira, Marinha Grande, que pretende falar sobre o deficiente escoamento das águas pluviais da rua onde mora, uma vez que quando chove a sua habitação fica cheia de água.

A munícipe não esteve presente.

2 — Sr. Cristiano João Rodrigues Chanoca, residente na Marinha Grande, em representação do **Atlético Clube Marinhense**, que deixou um documento escrito sobre a situação do clube, que leu na reunião, de forma a tornar público o problema do relvado sintético do campo da Portela, do qual não podem usufruir legalmente, uma vez que não está homologado porque a empresa que o forneceu é credora da União de Leiria SAD. Recordou o acordo havido entre a UDL e a CMMG, e o facto de o ACM ver as suas instalações desportivas lesadas, porque de beneficiário passou a lesado. Pedem que a Câmara Municipal assuma as suas responsabilidades nesta situação e que ajude o ACM a legalizar o seu campo sintético.

O **Sr. Vice-Presidente** informou que se realizou esta semana uma reunião entre a Sr.ª Vereadora do pelouro e o ACM, na qual ficou acordado que se irá indagar junto do advogado da Câmara no sentido de saber como está o processo, para depois se voltar a reunir com o ACM para definir quais as medidas a tomar.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Assina por baixo tudo o que o Sr. Cristiano Chanoca disse, e lembrou que já na altura tinha levantado questões ao protocolo. Agora é urgente dar solução ao problema.
- ⇒ Referiu que é Vereador há seis anos e que nunca chamou à mesa a política nacional mas hoje vai fazê-lo, porque entende que há semelhanças entre o que se passa a nível nacional e da Marinha Grande. Sempre foi apologista de aprovar as boas ideias, venham elas de onde vierem, para bem do concelho. Atuou muitas vezes em acção por omissão, porque o que interessava para si era a governabilidade do concelho. Foi aqui dito que "vai governar quem ganhou". É este mesmo PS que tem que ter sempre a mesma filosofia política. Foi aqui pedida ajuda, vão ajudar, porque deve governar quem ganhou. É assim a nível nacional e a nível concelhio. Tem estado a ajudar o PS na governabilidade. É de opinião que se aqui a coligação do PS com a CDU não resultou também não vai resultar a nível nacional, porque em campanha as posições eram antagónicas e não podem agora convergir. Questiona-se sobre a forma como irá continuar a agir: acção por omissão?
- ⇒ Concorda com a proposta do IMI, mas entende que devia lá constar que o assunto foi despoletado por si, aqui na reunião e até no distrito. Inicialmente pensou-se que a medida ia prejudicar o erário camarário mas não é verdade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Felicitou o marinhense Hugo Gaspar pela conquista da supertaça nacional de voleibol, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica. Relembrou que o Hugo Gaspar é o capitão de equipa do Benfica, jogador da seleção nacional e um exemplo extraordinário de como é possível conciliar os estudos com o desporto, pois para além de ser atleta de alta competição é médico.
- ⇒ Felicitou também o judoca Nuno Saraiva, atleta marinhense do Sport Lisboa e Benfica, pela conquista da medalha de prata no Grand Prix de Tashkent, no Usbequistão.
- ⇒ Questionou sobre qual a resposta que foi dada à Cafeteria D'Arte - Pinus Pinaster, sobre o pedido de redução da renda pelos motivos de não ter a atividade que diz que estava assumida no contrato.
- ⇒ Referiu que na reunião passada foi entregue a todos os Vereadores uma carta da Liga dos Combatentes sobre o estado de degradação em que se encontra a cúpula da Torre de Vigia. Perguntou que ações a Câmara tomou, ou pensa tomar para resolver o problema.

⇒ Sobre o PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, disse o seguinte:

“Na tarde do passado dia 1, quinta-feira, e no seguimento da reunião de Câmara, foi-nos apresentado por um consultor da empresa Augusto Mateus o PEDU da Marinha Grande. Foi então pedido que nos fosse enviado o PEDU. No final da manhã do dia seguinte, como ainda não tinha recebido, enviei um mail referindo que “Conforme ontem foi acordado, agradecia que me enviassem o “PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA MARINHA GRANDE”. No final do dia, recebi um mail do Sr. Vereador Paulo Vicente, Presidente em exercício, dizendo que tinha solicitado aos serviços que o documento fosse enviado a todos os Vereadores. No final da tarde de segunda-feira recebi o PowerPoint que tinha servido para a apresentação do PEDU.

Até ao momento não recebi o PEDU, ou seja, ainda não tive acesso ao documento de candidatura apresentado pela Câmara Municipal, e consequentemente não posso ter estudado para avaliar e comentar com rigor. Creio que nenhum dos meus colegas vereadores teve acesso à candidatura, e muito menos os munícipes.

É inacreditável que decisões estratégicas desta índole sejam tomadas ao arrepio dos restantes membros do executivo da camara, servindo apenas para que estes “tomem conhecimento”. A prepotência vai ao ponto de afirmarem que “esta Candidatura NÃO PRECISA de qualquer Deliberação da Câmara para a aprovar. É uma opção estratégica do Executivo!” Do executivo !?!? mas qual executivo ? os dois Vereadores que estão no executivo permanente, acham que podem afirmar as opções estratégicas de todos os sete membros do executivo. Não acham que é demasiada presunção?

Comportam-se desta forma e depois vêm falar de índices de transparência ou propor códigos de boa conduta. Se o código de boa conduta que aqui aprovámos fosse cumprido para com os munícipes e com os vereadores, entenderiam o que diz o Art.º 12.º “Os cidadãos têm direito a uma boa administração, participando na formação das decisões que os afetem” ou no Art 14.º “Os agentes públicos devem garantir a todo o cidadão o direito a ser ouvido antes de a seu respeito ser adotada uma medida individual que o atinja desfavoravelmente”. Se quartamos estes direitos aos Vereadores sem pelouro, como farão ao restantes cidadãos?

Estou neste lugar por direito próprio, foi essa a vontade dos munícipes. Podem não querer ouvir os meus contributos para o PEDU, mas exijo que o processo completo de candidatura do PEDU que foi apresentado, me seja enviado hoje.”

⇒ Sobre o Mercado Municipal disse o seguinte:

“Foi afirmado muitas vezes nesta mesa pelo Presidente e pelos Vereadores com pelouros que o assunto do mercado municipal antes de tomarem decisões seria posto à discussão. Apenas como exemplo na reunião de 02/04/2015, ficou em acta que o Sr. Presidente “Ainda há pouco tempo formalizou uma proposta para aquisição de um espaço. Aguarda a resposta, que espera seja positiva, e só depois se iniciará a discussão da implantação do Mercado”.

Estava claro que teríamos oportunidade de dar os nossos contributos sobre o tipo de mercado, a dimensão, a localização, os acesos, etc. etc., aquilo que seria necessário para uma discussão alargada de modo a uma decisão consensual.

Pois bem, numa das plantas da apresentação do PEDU, embora com pouca definição, está perceptível a localização do futuro mercado municipal nos estaleiros da Câmara.

Acreditando na boa-fé do Sr. Presidente, a única interpretação que posso fazer da decisão do atual executivo permanente, é que apanharam o Presidente suspenso e imediatamente tomaram decisões contrárias à sua vontade. É lamentável que não tenham salvaguardado a palavra do Sr. Presidente.

Sobre o mercado era fundamental fazer uma auscultação aos verdadeiramente interessados, ou seja os vendedores e clientes, para entenderem as razões da satisfação do atual mercado nas tendas, apesar das poucas condições. Nós fomos inquirir as pessoas e sabemos qual a sua vontade.

Porquê insistir em não satisfazer as necessidades do povo que nos elege e impor com vontades próprias, contrárias aos interesses dos cidadãos?

Gostaria ainda de saber o motivo por que se alterou o horário do mercado, reduzindo as horas de expedientes, com o encerramento às 12h30. No sábado passado vi chegar um casal às 12h40 que pedia desculpa por vir depois do fecho, e questionava se ainda os podiam atender. E ao chegar a uma loja do centro uma senhora disse-me que estava acostumada a passar pelo mercado depois de fechar a loja à uma, mas agora já não é possível.

Será que a intenção é tomar decisões para lentamente fechar o mercado?

Quero fazer uma proposta para votarmos aqui no executivo. Que se reponha o horário antigo do mercado e seja publicitado nos órgãos de comunicação social da mesma forma que foi feita aquando da redução do horário."

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Horário do mercado – também foi questionado por alguns vendedores, que não conseguem deixar as instalações às 13:00 horas como lhes é exigido. Pede que o Sr. Vice-Presidente esclareça, sob pena de ter que concordar com o Sr. Vereador Aurélio na reposição do horário.
- ⇒ PEDU – também não recebeu rigorosamente nada. Não pretende fazer qualquer apreciação ao powerpoint, mas na sua opinião o estudo é extremamente pobre, está pouco fundamentado, sem explicar o porquê. Tem que haver participação de todos os Vereadores.
- ⇒ ACM – também concorda com o Sr. Vereador Aurélio de que não se deve esperar pela massa falida. Defende que o melhor que a Câmara faz é dotar os clubes de infraestruturas para a prática desportiva. Com este sintético teríamos um no centro da cidade, outro em Picassinos e um outro na Garcia, e assim haveria cobertura em quase todo o concelho. O ACM está a fazer um trabalho positivo, pelo que é necessário encontrar uma solução para apoiar o clube, com ou sem negociação, para a certificação do campo, que é aquilo que está em causa.
- ⇒ Referiu que pretende registar em ata a questão dos apoios às colectividades aprovados na reunião de Câmara de 23/07/2015. Antes de ir de férias deixou

indicação política aos serviços para prepararem todos os procedimentos necessários. Foi de férias descansado. No dia 23/07/2015 interrompeu as férias, veio à reunião de Câmara e os apoios estiveram presentes. Quando regressou de férias, no dia 27/07/2015, deparou-se com situações altamente nefastas para os clubes e associações, razão pela qual não assinou nenhum protocolo ou contrato de adesão. Na altura não se tratou do assunto porque a Chefe da DCD estava de férias. Entretanto deixou de ter pelouros, pelas razões já conhecidas. Entende que nos protocolos e contratos de adesão há cláusulas que são lesivas dos clubes e que até poderão vir a originar, mais tarde, que tenham que repor subsídios. Por outro lado há também algumas situações que vão além do que seria necessário, com impedimentos que vão para além da lei. Neste sentido, pediu à Sr.^a Vereadora que sejam revistos alguns protocolos de adesão, disponibilizando-se para colaborar, de modo a dar solução a esta situação.

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ ACM – deu os parabéns à dinâmica implantada pelo clube, referindo que este fim de semana vão decorrer muitas iniciativas para as crianças. Sugeriu que a Câmara encontre uma solução, tendo proposto que a Câmara pague ou negocie com a empresa o que se deve, pois independentemente de esta estar em PER tem com certeza um gestor, e que até agradecerá. Há todo o interesse dos credores em negociar a situação. A Câmara paga e substitui-se à empresa na reclamação do crédito à UDL.
- ⇒ Pinus-Cafetaria d'Arte – subscreve o pedido do Sr. Vereador Aurélio Ferreira e questiona se já houve resposta ao pedido de redução da renda? Se sim, qual foi?
- ⇒ Torre de Vigia do Ponto da Boavista – já houve resposta à carta da Liga dos Combatentes? Qual foi a resposta?
- ⇒ Felicitou todos os atletas que embora não atingindo os pódios treinam todos os dias e são por isso a razão da existência dos clubes.
- ⇒ Colocou uma vez mais a questão da toponímia, dado que o assunto não está agendado e foi recebido hoje mais um abaixo-assinado. Há que decidir.
- ⇒ PEDU – também não recebeu nada. Lamenta que tenha sido gizado sem a colaboração dos Vereadores da CMMG. Também ficou estupefacta com a localização do mercado. São decisões que afetam directamente as populações e que devem ser tomadas com a sua colaboração. Pensa o mesmo em relação à alteração dos horários do mercado.
- ⇒ Apresentou e leu a Moção sobre o encerramento de escolas, cujo conteúdo se reproduz, e que pretende que seja votada.

“MOÇÃO CONTRA O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS

apresentada pela CDU em reunião ordinária de Câmara Municipal de 15 de Outubro de 2015

- Considerando que a decisão de construir um Centro Escolar foi tomada sem que fossem ouvidas as Associações de Pais, o Conselho Geral e a Direcção do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente;

- Considerando que, nomeadamente, o Conselho Geral do Agrupamento Marinha Grande Nascente, manifestou, e passamos a citar “a sua total e veemente discordância perante a decisão anunciada pela Câmara Municipal da Marinha Grande de avançar para a construção de um Centro Escolar com Jardim de Infância e 1º Ciclo (...) numa medida que implicará o encerramento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Picassinós, Albergaria, Amieirinha, Pilado e Garcia e Pré-Escolar da Pedrulheira (...); Este Conselho Geral, sendo órgão máximo de gestão deste Agrupamento de Escolas, entende ter sido afastado de forma lamentável de uma decisão deveras importante para o futuro do mesmo” – fim de citação (Cf. JMG, 30.07.2015, p. 3);

- Considerando que as Associações de Pais lamentaram, publicamente, e citamos “que todo este processo esteja a ser feito à revelia da comunidade educativa” – fim de citação (Cf. JMG, 30.07.2015, p. 5).

- Considerando que as entidades supra referidas manifestaram-se, assim, de forma unânime, contra o encerramento de escolas no nosso Concelho;

- Considerando que as diversas associações de pais e encarregados de educação entregaram à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Vice Presidente, uma petição contra o encerramento de escolas, que conta com 2614 assinaturas recolhidas, e onde os subscritores afirmam, entre outros factos que, e citamos, “consideram inaceitável a pretensão do Senhor Presidente da Câmara de encerrar algumas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância, para construção de um Centro Escolar (...) a decisão de encerramento (...) sem auscultação dos envolvidos e sem ter em conta as dinâmicas e necessidades específicas de cada caso, só poderá ser tomada ao arrepio da lei (...) é uma opção política, de clara discriminação das crianças e das famílias que vivem e trabalham nas zonas em questão, violando claramente a Constituição da República Portuguesa, contribuindo para o isolamento das povoações” – fim de citação;

- Considerando, ainda, que nenhuma escola do 1º Ciclo do Ensino Básico ou Jardim de Infância se encontra em risco de encerrar por falta de alunos no nosso Concelho;

A Câmara Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária de 15 de Outubro de 2015, decide:

- manifestar a sua solidariedade para com os alunos, pais, encarregados de educação, professores e restante população que poderão ser afectados com o encerramento de escolas;

- suspender o processo de construção do Centro Escolar, assim impedindo que as escolas das zonas limítrofes sejam encerradas em consequência da transferência das crianças para o Centro Escolar.

- iniciar, de imediato, um amplo debate sobre este assunto, quer com as forças políticas com assento na Assembleia Municipal, quer com toda a comunidade escolar, com sessões públicas, a realizar nos diversos lugares pela Câmara Municipal da Marinha Grande.

Esta moção foi _____

Marinha Grande, 15 de Outubro de 2015”.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

⇒ Relativamente à política, entende que é necessário frontalidade. O caso do ACM é ilustrativo da má política. Não se tomaram as medidas certas na altura certa. Fez chegar uma informação do que deveria ter sido feito para que o relvado não fosse retirado. Contribuiu para resolver a situação e assim aconteceu. Depois disse o que deveria ter sido feito para a certificação. Não foi seguido e assim continua por certificar. A Câmara tem estado no jogo do “empurra”, e mais uma vez vão ver com os advogados. Mas ver o quê? Porque não se negocia? E a iniciativa tem que ser da parte da Câmara, a única responsável por esta situação. Desta forma é a descredibilização da política, com o andar a “enrolar”.

O ACM está a fazer um ótimo trabalho, está de parabéns, e os apoios da Câmara devem ser em função do serviço que os clubes prestam à comunidade.

⇒ Pinus-Cafetaria – querem reduzir a renda, mas está a ser bem gerido? Gostaria de ver as contas, para saber se se pode reduzir a renda. Assim, tem que dizer que não têm direito a redução. A Câmara não tem que apoiar tudo e todos, só os que prestam serviços à comunidade.

⇒ Referiu que ainda não recebeu nenhuma resposta aos pedidos que fez na última reunião.

O **Sr. Vice-Presidente** recordou que tinha pedido ao Sr. Vereador para lhe enviar os pedidos por escrito, de modo a que pudesse enviá-los para os serviços, para estes responderem concretamente ao que é solicitado.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** referiu que não há necessidade de fazer esse pedido escrito, porque está tudo reproduzido na ata da reunião.

⇒ Seguidamente colocou as seguintes questões sobre as cantinas escolares:

a) quantos alunos comem em cada cantina escolar do concelho?

b) quantos funcionários ou outros apoios estão nessas cantinas a tomar conta das crianças (CEI's, trabalhadores da CMMG ou outros)?

c) a quantas associações de pais foi pedida a colaboração nesta atividade de acompanhamento das refeições, se é que ainda existe esta colaboração?

d) regras afixadas ontem na cantina escolar de Picassinos - quem as elaborou e quem as afixou? Pretende esclarecimentos da Chefe da DCD, aqui na reunião.

⇒ Referiu que a vontade do povo nem sempre dá a maioria a um partido. É assim no País e na CMMG. Não irá falar do País. Na CMMG os dois Vereadores têm necessidade da colaboração de todos. Foi dito que ia ser diferente, mas na última

reunião assistiu aquilo que pensava que nunca assistiria – PEDU. Houve um desrespeito total, um tratamento inqualificável sobre todos os pontos de vista. O actual executivo não tem aprendido nada. Tem feito um esforço, praticando uma política responsável, mas reconhece que tem dificuldade em continuar a colaborar nos pedidos de ajuda e de criação de estabilidade governativa.

O público não assistiu à apresentação do PEDU. Depois foi adjudicado o trabalho por ajuste direto à empresa amiga, num desbaratar de dinheiros públicos num trabalho que não traz qualquer solução para o concelho.

É óbvio que o executivo permanente não precisa da colaboração dos Vereadores para o PEDU ou outro plano, mas isso é bom quando se tem maioria confortável, não na situação em que está.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- ⇒ Deu os parabéns a todos os atletas, que são razão de orgulho para o concelho.
- ⇒ Sobre o ACM disse que são questões do clube e de toda a comunidade da Marinha Grande. Comprometeram-se, na reunião com o ACM, em se empenharem para resolver o problema, e assim tudo será feito nesse sentido.
- ⇒ Agradeceu a disponibilidade do Sr. Vereador Vítor Pereira para rever os protocolos. Há sérios problemas mas irão ser resolvidos. Esta colaboração, que agradece, é a continuidade do trabalho que foi feito anteriormente e que respeita. É por isso que há a descridibilização da política, por não haver respeito. Este tipo de discussão a que acabou de assistir, e que não está habituada, deve ser tida nos locais próprios. Pediu desculpa ao Sr. Vereador Carlos Logrado por ter interrompido a sua intervenção, mas entende que a reunião de Câmara se destina a resolver e a apresentar os assuntos da Câmara e não para atacar tudo e todos. É o que sente e é o que lhe vai na alma. Lamenta que as questões sejam tratadas desta forma.
- ⇒ Também lamentou a apresentação da Moção, que obviamente não pode ser votada nesta reunião porque não está agendada. Não é a Câmara que fecha escolas, a questão não pode ser assim colocada. Quem encerra escolas é a Direção Geral de Ensino, e é por falta de alunos nessas escolas. O que está aqui a ser feito é apenas dificultar o trabalho da Câmara.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou e seguiu-se uma troca de palavras.

A **Sr.ª Vereadora Cidália** prosseguiu e disse que tem o direito de falar e tem experiência de oito anos de autarquia. Entende que não deve haver a falta de respeito a que está a assistir aqui.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado pediu para intervir, em defesa da honra.**

Disse que aceita e respeita a opinião da Sr.ª Vereadora Cidália sobre a forma de conduzir as reuniões de Câmara. Independentemente de discordarem, as reuniões de Câmara não podem ser classificadas como balbúrdias ou como politicamente ofensivas a alguém. Não o faz, mas não permite que lhe ponham fronteiras ou barreiras à sua forma de intervir, não podendo classificar as suas palavras como ofensivas. Tudo o que disse é factual, não é mentira.

O Sr. Vereador Vítor Pereira perguntou o seguinte: o Sr. Vice-Presidente disse que foi pedida a colaboração de todos os Vereadores para o Orçamento. Gostaria de saber quem mais entregou contributos, para além da CDU?

O Sr. Vice-Presidente respondeu o seguinte às questões que lhe foram colocadas:

- ⇒ Informou que há questões às quais a Sr.^a Vereadora Cidália já respondeu.
- ⇒ ACM – houve uma reunião, e há reconhecimento da Câmara pelo trabalho desenvolvido pelo clube. A resolução do problema poderá ou não ser fácil, vai ter que se inteirar do assunto e quando houver uma solução será aqui presente à reunião de Câmara.
- ⇒ Governabilidade da Câmara – enquanto militante de um partido dirá a sua opinião nos locais próprios. Aqui só lhe importa os interesses do concelho e a governabilidade da Câmara. Nada mais.
- ⇒ IMI – respondeu ao Sr. Vereador António Santos, relativamente ao facto de não ter sido mencionado o seu nome, dizendo que já está em ata a sua recomendação, que agora foi vertida em proposta de deliberação.
- ⇒ PEDU – foi enviado aquilo que foi pedido, que foi a apresentação do Plano. Vai ser enviado o estudo, só não promete que seja ainda hoje.
- ⇒ Horário do mercado – o horário tinha que ser normalizado, porque as instalações não podem estar abertas até às 17:00 horas, uma vez que tem de ser feita a higienização. Se o Sr. Vereador Aurélio quiser alterar o horário, então apresente aqui na reunião uma proposta.
A **Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho** disse que pretende colocar uma pergunta séria e sem qualquer tipo de aproveitamento, e que é a seguinte: antes de alterar o horário o executivo falou com as pessoas?
- O **Sr. Vice-Presidente** respondeu que sim.
- ⇒ Toponímia – não é só a da Vieira que está em causa, porque há mais situações pendentes por resolver. Vai ver e depois o assunto virá à reunião.
- ⇒ Pinus-Cafetaria – a carta está para análise no Gabinete Jurídico, até porque se tratou de um concurso público. Dará aqui a resposta quando tiver essa informação jurídica.
- ⇒ Torre de Vigia – a situação tem que ser analisada, até porque referem que foi lá um técnico.
- ⇒ Moção – a Sr.^a Vereadora Alexandra tem que a enviar para posteriormente ser agendada para a próxima reunião, tal como prevê o Regimento.
O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que a prática tem sido diferente.
O **Sr. Vice-Presidente** informou que o período de antes da ordem do dia não se destina à votação de propostas. A Sr.^a Vereadora apresenta a Moção e virá à próxima reunião.
- ⇒ DCD – informou o Sr. Vereador Carlos Logrado que não vai confrontar uma chefe de divisão aqui na reunião. Vai pedir a informação e depois dará a resposta ao Sr.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Vereador, assim como também responderá às questões referentes à gestão das cantinas.

⇒ Documentos Previsionais 2016 – foram pedidos contributos a todos os Vereadores. A CDU mandou, o Sr. Vereador Logrado mandou uma proposta com muita informação, o Sr. Vereador António Santos disse que não enviava mas já tinha dito e está em ata, e o Sr. Vereador Aurélio também enviou informação. Algumas das propostas não caberão, mas depois a seu tempo serão discutidas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que pretendia deixar registado um voto de protesto, porque a não votação da Moção vai de encontro aquilo que tem sido a prática. Não se trata de uma deliberação, mas sim de uma tomada de posição.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho e o Sr. Vereador Aurélio Ferreira** subscreveram este protesto.

O **Sr. Vice-Presidente** referiu que a aprovação ou rejeição desta proposta condicionava, em termos futuros, a tomada de decisões por parte da Câmara.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Vice-Presidente deu por terminado o período de antes da ordem do dia e interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 11:05 horas às 11:20 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 21, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015

665 - Presente a ata n.º 21, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de setembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, por não ter estado presente na reunião.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 22, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 18 DE SETEMBRO DE 2015

666 - Presente a ata n.º 22, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de setembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira, por não ter estado presente na reunião.

4 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 23, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2015

667 - Presente a ata n.º 23, da reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 23 de setembro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 24, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 1 DE OUTUBRO DE 2015

668 - Presente a ata n.º 24, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 1 de outubro de 2015, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1374/15, DATADO DE 2015/09/25 – PC N.º 271/15, DATADO DE 2015/08/06 – ELPIDIO JESUS CARNIDE

669 - Presente requerimento n.º 1374/15, datado de 2015/09/25, constante do processo camarário n.º 271/15, subscrito por **ELPIDIO JESUS CARNIDE**, com o NIF n.º 149133383, residente em Rua da Ermida, n.º 210, Serra do Porto do Urso, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, referente ao **pedido de licenciamento da obra de “Legalização e alteração de barracão e construção de muro de vedação”**, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7774, e inscrito na respetiva matriz sob o número 5597.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/10/08, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Legalização e alteração de barracão e construção de muro de vedação”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua José Pereira Inácio, lugar de Talhões da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7774, e inscrito na respetiva matriz sob o número 5597, com o número de processo 271/15, com data de entrada em 2015/08/06, apresentado por ELPIDIO JESUS CARNIDE, com o NIF n.º 149133383, residente em Rua da Ermida, n.º 210, Serra do Porto do Urso, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
2. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a Rua José Pereira Inácio, sendo o alinhamento do lancil determinado pelo alinhamento do lancil existente no prédio confinante a Nascente. Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,12x0,22m e calçada em pedra calcária de 0,05x0,05x0,05m. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada do prédio numa distância mínima de 3,50m. Na execução do passeio, deverá ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento, de modo a evitar o crescimento das ervas. Deverá ainda prever o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.
3. Os muros de vedação deverão entre extremas, deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, não podendo exceder a altura de 1,80m contados a partir da cota natural do terreno. A parte do muro de vedação confinante com a via pública, deverá garantir, numa extensão de 1,50m a contar

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimado com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 956/15, DATADO DE 2015/07/13 – PC N.º 166/12, DATADO DE 2012/06/14 – ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA E MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO

670 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1009/12, n.º 1538/13, n.º 719/14, n.º 1373/14 e n.º 956/15, registados a 2012/06/14, 2013/09/25, 2014/05/19, 2014/09/17 e a 2015/07/13, respetivamente, constantes do processo n.º 166/12, registado em 2012/06/14, referente ao pedido de **licenciamento de obras de alteração a realizar na moradia e muro de vedação, licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia e a legalização da construção de anexos e de muros** e, referente ao pedido emissão de certidão de destaque de parcela com 410,20 m2, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, incidentes no prédio com 903,31 m2, sito na Rua dos Cravos n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4013, apresentados por **ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA**, com os NIF 111607264 e por **MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO**, com o NIF 115252842, residentes na Rua dos Cravos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Do prédio objeto do pedido com 903,31 m2, serão cedidos ao domínio público 82,91 m2 para alargamento do arruamento. Após a cedência o prédio ficará com a área de 820,40 m2.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2015/09/25 e de 2015/10/02, que referem que os pedidos de licenciamento formulados encontram-se aptos a serem aprovados, assim como, atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários ao deferimento da operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 410,20m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

Após análise do processo camarário n.º 166/12, registado em 2012/06/14, relativo aos pedidos apresentados por ELISABETE DOS SANTOS BRANCO FIGUEIRA RAMA, com os NIF 111607264 e por MARIA ISABEL DOS SANTOS BRANCO ÓRFÃO, com o NIF 115252842,

residentes na Rua dos Cravos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, incidentes no prédio com 903,31 m², sito na Rua dos Cravos n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4013, sito na Travessa dos Cravos n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, designadamente, pedido de licenciamento de obras de alteração a realizar na moradia e muro de vedação, licenciamento (legalização) de obras de alteração e ampliação da moradia e a legalização da construção de anexos e de muros e pedido certificação do cumprimento dos requisitos para destaque de parcela de terreno do referido prédio, bem como dos pareceres técnicos datados de 2015/09/25 e de 2015/10/02, Câmara Municipal delibera:

- 1- APROVAR o projeto de arquitetura, nos termos do n.º 3 do artigo 20 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.
- 2- MANDAR EMITIR certidão de cedência ao domínio público de 82,91 m² da área do prédio com 903,31 m² descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 4013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, para alargamento do arruamento confinante com o prédio - Travessa dos Cravos. Após a cedência o prédio ficará com a área de 820,40 m².
- 3- MANDAR EMITIR a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 410,20m², reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, dado o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 4013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3942, com a área total de 903,31 m², localizado na Travessa dos Cravos, n.º 6, lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

Mais delibera que na certidão a emitir DEVE CONSTAR a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Relativamente ao pedido de licenciamento, delibera ainda INFORMAR as requerentes que deverão apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os projetos das especialidades aplicáveis nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE e artigo 57º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N.º 1282/15, DATADO DE 2015/09/09 – PC N.º 320/15, DATADO DE 2015/09/09
– FERNANDO DA SILVA FILIPE DOS SANTOS**

671 - Presente requerimento n.º 1282/15, registado em 2015/09/09, referente ao processo camarário n.º 320/15, relativo ao **pedido de licenciamento de obra de alteração do muro de vedação** do prédio sito na Rua Firmino Domingues, n.º 1, lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11783 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8388, apresentado por **FERNANDO DA SILVA FILIPE DOS SANTOS**, com o NIF 116107561, residente na Rua Firmino Domingues, n.º 1, lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2015/10/06 e de 2015/10/07, que atestam estar o projeto apto para aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento de obra de alteração de muro de vedação do prédio sito na Rua Firmino Domingues, n.º 1, lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11783 e inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 8388, com processo camarário n.º 320/15, com data de entrada de 2015/09/09, apresentado por FERNANDO DA SILVA FILIPE DOS SANTOS, com o NIF 116107561, residente na Rua Firmino Domingues, n.º 1, lugar das Cruzes, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o mesmo.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

- 1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata do projeto e ao respeito pelas condições do licenciamento.**
- 3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro, Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

4- Deverá assegurar a execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1396/15, DATADO DE 2015/09/29 – PC N.º 359/14, DATADO DE 2014/10/20 – GESTAVARES – ADMINISTRAÇÃO COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA.

672 - Presente pedido de informação prévia relativo à viabilidade de “*Construção de uma moradia*”, a que foi atribuído o número de processo 359/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Vasco da Gama, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 699 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7328, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **GESTAVARES – ADMINISTRAÇÃO COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA.**, com o NIPC n.º 503288985, com sede na Rua Vasco da Gama, n.º 17, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2015/10/09, a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise do pedido de informação prévia relativo à viabilidade de “*Construção de uma moradia*”, a que foi atribuído o número de processo 359/14, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Vasco da Gama, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 699 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7328, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **GESTAVARES – ADMINISTRAÇÃO COMPRA E VENDA DE PROPRIEDADES, LDA.**, com o NIPC n.º 503288985, com sede na Rua Vasco da Gama, n.º 17, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico constante do processo, a Câmara delibera informar ser viável a pretensão requerida, sendo que, em eventual pedido de licenciamento a apresentar, nos termos agora propostos, o mesmo ficará sujeito:

1. À verificação do cumprimento dos parâmetros urbanísticos definidos no regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor, bem como das demais normas legais e regulamentares que lhe são aplicáveis;
2. À previsão da execução de passeio na extensão total do prédio confinante com rua Vasco da Gama, com uma dimensão mínima de 2,25m e uma gare de estacionamento, com a largura de 2,50m, ficando a eventual construção de muro de vedação, à distância de 4,75m em relação à berma daquele arruamento;

3. À salvaguarda da distância de 4,75m relativamente à berma da rua de Damão e Goa, por forma a permitir de futuro, a execução de passeio com 2,25m de largura e gare de estacionamento com 2,50m;
4. À cedência da área de terreno necessária para o domínio público, decorrente dos alinhamentos a estabelecer junto das ruas Vasco da Gama e Damão e Goa, conforme condições referidas nos anteriores pontos 2 e 3.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1000/15, DATADO DE 2015/07/21 – PC N.º 6/13, DATADO DE 2013/01/04 – VITOR MANUEL DE MATOS FRANCO.

673 - Presente requerimento n.º 1000/15, registado em 2015/07/04, referente ao pedido de licenciamento de alterações ao projeto da moradia, formulado na vigência do alvará de licença de legalização e ampliação n.º 53/14, respeitante ao processo n.º 6/13, para o prédio misto sito na Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 6274 e na matriz predial urbana sob o n.º 3102 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 17994, em nome de VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO, com o NIF 167052578, residente na Rua Joaquim Domingues, n.º 46 – 2.º D.to Frente, lugar de Barreira e Cortes, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/05/28.

Presentes projetos das especialidades, designadamente, projeto da rede predial de abastecimento de água, projeto da rede de drenagem de águas residuais domésticas, projeto de estabilidade, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro.

Presente parecer técnico, datada de 2015/08/17, que refere que os projetos se encontram aptos para que a Câmara municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento.

Após a análise dos projetos das especialidades, apresentados pelo requerimento n.º 1000/15, registado em 2015/07/04, apresentados no âmbito do pedido formulado de licenciamento de alterações ao projeto da moradia, formulado na vigência do alvará de licença de legalização e ampliação n.º 53/14, respeitante ao processo n.º 6/13, para o prédio misto sito na Rua Joaquim Domingues, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial rústica sob o n.º 6274 e na matriz predial urbana sob o n.º 3102 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande

sob o n.º 17994, em nome de VÍTOR MANUEL DE MATOS FRANCO, com o NIF 167052578, residente na Rua Joaquim Domingues, n.º 46 – 2.º D.to Frente, lugar de Barreira e Cortes, freguesia de Pousos, concelho de Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara Municipal de 2015/05/28, e considerando o parecer que sobre eles recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, e pela Declaração de retificação n.º 46-A/2014, de 19 de novembro, DEFERIR o mesmo.

MAIS DELIBERA informar o requerente do seguinte:

1- Deverá requerer o aditamento do alvará de obras de construção.
2- Mantém-se o condicionalismo expresso no n.º 2 da Deliberação de Câmara de 2013/06/21, que aprovou o projeto de arquitetura, bem como o condicionalismo expresso no n.º 1 da Deliberação de Câmara de 2013/05/30, que aprovou o pedido referente à legalização de alteração e ampliação da habitação e anexos, registado em 2013/01/04, que se transcrevem e passam a fazer parte integrante da presente deliberação, designadamente:

- A instalação de recetáculo postal domiciliário que seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 163/2008, de 8 de agosto.

- Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

3- Nos termos do n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1093/15, DATADO DE 2015/08/07 – PC N.º 112/08, DATADO DE 2008/03/18 – JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA GOMES

674 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1093/15 de 07/08/2015, apresentado por JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA GOMES, com o NIF 205902090, residente em Rua Luciano Migueis, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Luciano Migueis, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de construção e de obras de alteração licenciadas e legalizadas no âmbito do processo camarário n.º 112/08.

Presente parecer técnico datado 28/019/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor e alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera DESIGNAR a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua Luciano Migueis, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOANA RITA FERREIRA DE OLIVEIRA GOMES, com o NIF 205902090, residente em Rua Luciano Migueis, n.º 29, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Arquiteto Ricardo Santos

Engenheiro Rui Vicente

Fiscal Nuno Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva

Arquiteto Alexandre Fava

Fiscal Carlos Duarte

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N.º 646/15, DATADO DE 2015/05/11 – PC N.º 157/15, DATADO DE 2015/05/11 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA

675 - Presente processo camarário n.º 157/15, referente ao licenciamento da *“Operação de loteamento urbano com obras de urbanização”*, levada a efeito no lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009, emitido em nome de **URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA.**, com o NIPC n.º 504239112, com sede na Rua Eng. André Navarro, n.º 32, loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2015/08/04, referindo a existência de um erro material no texto do Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009, e propondo a sua retificação.

Após a análise da pretensão, considerando que:

1. Tendo vindo a suscitarem-se dúvidas quanto ao número de pisos admitidos nas construções a erigir nos lotes resultantes do loteamento titulado pelo Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009;
2. Essas dúvidas resultaram do facto de nas peças gráficas relativas à *“Planta Síntese – 2A”, “Lotes – 3A” e “Cotagem – 4A”*, datadas de setembro de 2007, bem como às peças gráficas relativas à *“Planta Síntese – 2B”, “Lotes – 3B” e “Cotagem – 4B”*, datadas de dezembro de 2008, constar a referência ao número de pisos como *“Número máximo de pisos acima da cota da soleira”*, e o alvará apenas *“(…) dois pisos (…)”*;
3. A deliberação camarária datada de 4 de outubro de 2007, que esteve na base da aprovação do projeto de arquitetura da operação de loteamento, bem como a deliberação camarária datada de 26 de fevereiro de 2009, que esteve na base da aprovação das alterações ao projeto de arquitetura e aprovação dos projetos das obras de urbanização da operação de loteamento, onde se integram as referidas peças, nada referem em contrário;
4. O referido Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009, destina-se tão só a dar eficácia à referida deliberação, nada acrescentar à definição da situação jurídica do particular – n.º 1 do art. 74.º do Regime Jurídico da urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;
5. O parâmetro associado a cada lote, no que diz respeito ao número de pisos, é um parâmetro máximo e não um parâmetro obrigatório, podendo assim as edificações a levar a efeito nos respetivos lotes, disporem de um número de pisos inferior ao máximo permitido;

A Câmara Municipal delibera RETIFICAR o referido Alvará de Loteamento n.º 01/09, de 17 de junho de 2009, emitido em nome de URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC n.º 504239112, com sede na Rua Eng. André Navarro, n.º 32, loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, ao abrigo do n.º 1 do art. 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, por o erro ser manifesto, e poder ser retificado a todo o tempo. Assim, na descrição de cada um dos lotes, (do lote n.º 1 ao lote n.º 33), onde se lê: *“(…) dois pisos (…)”*, deverá ler-se: *“(…) número máximo de pisos acima da cota de soleira dois (…)”*.

A presente retificação tem, nos termos do n.º 2 do citado art. 174.º, efeitos retroativos à data da emissão do Alvará de Loteamento n.º 01/09, ou seja, a 17 de junho de 2009.

Mais delibera MANDAR PUBLICITAR a retificação referida ao Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009, emitido em nome de URBIFIX – SOCIEDADE DE

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA., conforme prevê o n.º 2 do art. 174.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N.º 646/15, DATADO DE 2015/05/11 – PC N.º 157/15, DATADO DE 2015/05/11 – URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA; AUDITERPRISE – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A.; TRADILUSA – EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIOS, LDA E BRIGADA RELÂMPAGO – CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, LDA

676 - Presente requerimento n.º 646/15, datado de 2015/05/11, constante do processo camarário n.º 157/15, subscrito por URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC n.º 504239112, com sede na Rua Eng. André Navarro, n.º 32, loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, AUDITERPRISE – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A., com o NIPC n.º 504880829, com sede em Alqueve, freguesia de Folques, concelho de Arganil, TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC n.º 507186508, com sede na Av. do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, BRIGADA RELÂMPAGO – CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC n.º 504279726, com sede no Loteamento da Buzina, Prédio Chuva de Prata, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, inerente ao pedido de licenciamento para a “*Alteração do loteamento urbano*”, sito no lugar de Comeira, freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Loteamento n.º 01/09, datado de 17 de junho de 2009, emitido em nome de URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA. a incidir sobre os lotes designados pelos números 16, 17, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, do referido loteamento, visando o aumento do polígono de implantação definido para cada um dos lotes, com o consequente aumento da área de construção para habitação ao nível do rés-do-chão de todos eles, com diminuição das áreas definidas para os primeiros andares das respetivas habitações, mantendo-se assim as áreas de construção máximas definidas para todos os lotes, bem como os demais parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento em vigor.

Presente parecer técnico da Divisão de Ordenamento do Território, datado de 2015/08/04, a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma seja submetida a deliberação.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou, nos termos do n.º 8 do art. 27.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR, com dispensa de quaisquer outras formalidades, A ALTERAÇÃO À LICENÇA da Operação de Loteamento Urbano titulada pelo Alvará n.º 05/1984, referente ao prédio sito na Avenida Vitor Galo,

freguesia e concelho de Marinha Grande, requerida por URBIFIX – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS E CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS, LDA., com o NIPC n.º 504239112, com sede na Rua Eng. André Navarro, n.º 32, loja A, freguesia e concelho de Marinha Grande, AUDITERPRISE – CONSULTORIA E INVESTIMENTOS, S.A., com o NIPC n.º 504880829, com sede em Alqueve, freguesia de Folques, concelho de Arganil, TRADILUSA – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA., com o NIPC n.º 507186508, com sede na Av. do Vidreiro, n.º 156, freguesia e concelho de Marinha Grande, BRIGADA RELÂMPAGO – CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC n.º 504279726, com sede no Loteamento da Buzina, Prédio Chuva de Prata, Lugar de Sítio da Nazaré, freguesia e concelho de Nazaré, incidindo sobre os lotes designados pelos números 16, 17, 20, 21, 25, 26, 27, 28, 29 e 30, do referido loteamento, visando o aumento do polígono de implantação definido para cada um dos lotes, com o consequente aumento da área de construção para habitação ao nível do rés-do-chão de todos eles, com diminuição das áreas definidas para os primeiros andares das respetivas habitações, mantendo-se assim as áreas de construção máximas definidas para todos os lotes, bem como os demais parâmetros urbanísticos constantes no alvará de loteamento em vigor, sendo que o aumento de 113,00m² no total da área máxima de implantação permitida, é inferior à percentagem máxima de 3% prevista no referido n.º 8 do art. 27.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N.º 439/13, DATADO DE 2013/03/21 – PC N.º 51/10, DATADO DE 2010/03/23 – ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA

677 - Presente processo de licenciamento relativo à obra de “*Construção de moradia e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 51/10, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA**, com o NIF n.º 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2015/03/05, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre a intenção da Câmara Municipal declarar a caducidade da licença para a realização da operação urbanística referida.

Presente parecer técnico datado de 2015/09/29, referindo que se encontra ultrapassado o prazo concedido ao requerente, sem que este tenha apresentado quaisquer alegações subjacentes à referida intenção.

A Câmara Municipal analisou a pretensão bem como o parecer técnico que sobre ela recaiu, datado de 2015/09/29, e tendo verificado que depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, o requerente nada alegou em relação à referida intenção, e:

1. Considerando que o interessado, ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA, com o NIF n.º 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, foi notificado da deliberação final de deferimento do pedido de licenciamento referente à obra de “*Construção de moradia e muros de vedação*”, a que foi atribuído o número de processo 51/10, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, tomada em reunião camarária de 2015/03/05, comunicada através do ofício n.º 109/12, de 2012/02/06, rececionado em 2012/02/07;
2. Considerando que sobre a data da notificação desta deliberação o interessado tinha o prazo de um ano para requerer o respetivo alvará de construção, ou seja, até 2013/02/07 (n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010 de 2 de setembro);
3. Considerando que o prazo inicialmente conferido foi prorrogado, a pedido do interessado, por mais um ano, nos termos do n.º 2 do art. 76.º do RJUE, comunicado através do ofício n.º 368/13, de 2013/04/12, rececionado em 2013/04/15;
4. Considerando que o interessado tinha até ao dia 2014/02/07 para requerer a emissão do respetivo alvará e que não o fez;
5. Considerando que o prazo conferido foi duplicado por mais um ano, nos termos do n.º 3 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 120/2013, de 21 de agosto, tendo terminado em 2015/02/07 o prazo para o requerente solicitar o respetivo alvará;
6. Considerando que o decurso desse prazo sem ter sido requerida a emissão do respetivo alvará, tem como consequência a caducidade da licença para a realização da dita operação urbanística – n.º 2 do artigo 71.º do RJUE;
7. Considerando que na presente data se encontram reunidas as condições, impostas por lei para ser declarada a caducidade da licença;

Delibera TOMAR UMA DECISÃO FINAL sobre o assunto, DECLARANDO, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, A CADUCIDADE DA LICENÇA CONCEDIDA por deliberação camarária de 2012/02/07, referente ao processo n.º 51/10, para a realização da obra de “*Construção de moradia e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito na Rua Fonte dos Fornos, lugar de Outeiro, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6259 e inscrito na matriz predial sob os artigos n.º 595 e n.º 596, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por ARSÉNIO HENRIQUES FARTO PEREIRA, com o NIF n.º 185401244, com residência na Rua do Ribeiro, n.º 11, lugar de Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, por terem decorridos os prazos previstos

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

no referido regime jurídico, para que o requerente solicitasse a emissão do respetivo alvará.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N.º 1111/15, DATADO DE 2015/08/11 – PC N.º 294/2015, DATADO DE 2015/08/11 – TJ AÇOS, LDA

678 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1111/15, datado de 11-08-2015, apresentado por **TJ AÇOS, LDA**, com o NIPC 502355808, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a **emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento** sito na rua da Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização a sociedade **TJ AÇOS, LDA**, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito na rua da Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade TJ AÇOS, LDA, com sede em Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o NIPC 502355808, possui um estabelecimento industrial na rua da Indústria, Cumeiras, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, que se destina ao fabrico, comércio, importação e exportação de aços e seus derivados;
- O estabelecimento em causa possui uma área de construção de 2.616,00 m², da qual não foram licenciados 118,00 m², respeitantes a um telheiro e a uma ampliação da unidade fabril;
- Para além desta área, que foi construída sem prévio licenciamento, a interessada pretende executar uma ampliação com 313,00 m² num primeiro andar, ao longo da fachada lateral norte da unidade industrial, até à extrema norte do terreno, o que resultará num aumento efetivo da área coberta de 626,00 m²;
- O estabelecimento situa-se na Zona Industrial da Marinha Pequena;
- O telheiro e a ampliação da unidade fabril, já executados, violam a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (RPDMMG), por não existir qualquer afastamento entre eles e as extremas do terreno, quando deveriam respeitar os 3 m (posteriores) e os 10 m (laterais) previstos naquela norma;
- De igual modo a ampliação futura, com 313,00 m² de implantação e 626,00 m² de área de construção, que a interessada pretende executar, junto à extrema, violará, por não respeitar os afastamentos aí previstos, a norma constante da referida alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDMMG;
- A percentagem de ocupação, em resultado dessa ampliação, será de 53%, quando deveria ser, de acordo com a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDMMG, apenas de 50%;
- O estacionamento mínimo dentro do lote será de 1 lugar por 70 m² de área bruta de construção, quando deveria ser de 1 lugar por 50 m² – alínea d) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDMMG;
- A construção do telheiro e a execução da ampliação resultaram da necessidade de criar, em obediência a normas ambientais, um local para armazenar resíduos e de alargar o espaço de laboração da secção de eletroerosão;
- A ampliação futura destina-se a aumentar a área afeta ao setor de projeto, instalado no 2.º piso da unidade industrial;
- No ano de 2013 a sua faturação ascendeu aos 3.065.297,22 euros e no ano de 2014 a 4.250.699,50 euros;

- A empresa começou a laborar com 10 trabalhadores, tendo, atualmente, ocupados 48 postos de trabalho;
- Com a ampliação, que a interessada pretende executar, prevê-se criar entre 6 a 8 postos de trabalho;
- O investimento em equipamentos, tecnologia e recursos humanos, sejam eles ou não qualificados, também depende do espaço físico que as empresas possuem para crescer;
- A falta de espaço constitui, por isso, um entrave ao seu desenvolvimento;
- Tanto as ampliações já efetuadas, como as que a interessada pretende efetuar servem essa finalidade, pois permitem a criação de novos postos de trabalho, melhores condições de laboração e a produção de riqueza no concelho, pelo que devem ser reconhecidas como de relevante interesse público municipal;

A Câmara Municipal DELIBERA, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, SUBMETTER à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito na rua da Indústria Metalúrgica, Cumeiras, Embrá, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de TJ AÇOS, LDA, com o NIPC 502355808 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro respeitante ao índice de construção e o limite às extremas”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 48 trabalhadores, que factura mais de 4M€,*

em moldes para a indústria automóvel para exportação, com as outras que aqui analisámos.

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

16 - REQ. N.º 1376/15, DATADO DE 2015/09/25 – PC N.º 338/2015, DATADO DE 2015/08/28 – ILIMOLDES – FABRICO DE MOLDES METÁLICOS, UNIPESSOAL, LDA

679 - Presentes requerimentos com registos de entrada n.º 1230/15 e 1376/15, datados de 28-08-2015 e 25-09-2015, respetivamente, apresentado por **ILIMOLDES – FABRICO DE MOLDES METÁLICOS, UNIPESSOAL, LDA**, com o NIPC 505646013, com sede na rua Direita, n.º 14, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a **emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do seu estabelecimento** sito na mesma morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro;

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, Ilimoldes – Fabrico de Moldes Metálicos, Unipessoal Lda, com sede na rua Direita, n.º 14, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial, sito na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- **ILIMOLDES – FABRICO DE MOLDES METÁLICOS, UNIPESSOAL, LDA, com o NIPC 505646013, com sede na rua Direita, n.º 14, freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento industrial que se dedica à produção de moldes metálicos para a indústria de moldes;**

- **O edifício onde a interessada desenvolve a sua atividade possui uma área de implantação e de construção de 243,00 m2, tendo sido licenciado, por esta Câmara Municipal, para armazém de alfaías agrícolas, com uma área de 176 m2;**

- **Essa construção foi ampliada em 67,00 m2, sem qualquer licenciamento;**

- **A interessada pretende proceder a uma nova ampliação com 203,00 m2;**

- **A unidade industrial situa-se numa área abrangida por duas restrições de utilidade pública, Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Reserva Ecológica Nacional (REN), que interditam, salvo nos casos expressamente previstos na lei, as ações que se traduzam em construções ou ampliações – Cfr. alínea a) do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março e alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, nas suas redações atuais;**

- **A empresa começou a laborar com apenas 1 trabalhador;**

- **Com o decorrer do tempo, e a intensificação da sua atividade, foi criando novos postos de trabalho, tendo, na atualidade, 7 trabalhadores ao seu serviço;**

- **A ampliação que pretende efetuar destina-se a criar espaço para construção de duas salas, uma para a área comercial e a outra para a área de projeto e para instalar mais duas máquinas;**

- **Com esta ampliação a interessada prevê criar mais um posto de trabalho;**

- O volume da sua faturação ascendeu, no ano de 2013, a 186 885,89 euros e no ano de 2014 a 463 992,63 euros;

-Uma deslocalização da empresa seria, de acordo com a interessada, inoportuna financeiramente, nomeadamente por os custos ascenderem, com a mesma, aos 284 723,03 euros;

- A indústria tem uma função dinamizadora na evolução económica do concelho, pelo que a regularização do estabelecimento em causa e a ampliação do mesmo, que a interessada pretende efetuar, apresentam um relevante interesse público municipal, na medida em que criam riqueza e emprego, que se repercutem no bem-estar social da população que vive no concelho da Marinha Grande;

Face ao circunstancialismo descrito, a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, SUBMETTER à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na regularização e ampliação do estabelecimento industrial sito na rua Direita, n.º 14, Freguesia da Moita, concelho da Marinha Grande, propriedade de ILIMOLDES – FABRICO DE MOLDES METÁLICOS, UNIPessoal, LDA, com o NIPC 505646013 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “encontra-se dentro de duas restrições de utilidade pública: REN e RAN”.*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 7 trabalhadores, produzindo moldes, que factura 463.000 €, com as outras que aqui analisámos.*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.

e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

17 - DIREITO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO – ARTIGO 20.º, N.º 2 DO REGULAMENTO DA ATIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIA EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES – DECISÃO FINAL

680 - Na sequência dos pedidos de atribuição de lugares para o exercício da atividade de vendedor ambulante e reportando aos fundamentos da I/965/2015, a Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 23 de junho de 2015, deliberou notificar os requerentes, em sede de audiência de interessados, do projeto de indeferimento.

Os requerentes foram notificados da decisão camarária e que dispunham do prazo de 10 dias úteis para se pronunciarem sobre o projeto de indeferimento.

Nestes termos, não tendo sido carreados para o procedimento administrativo quaisquer dados novos suscetíveis de alterar o projeto de indeferimento dos pedidos, mantendo-se, por isso, inalterados os fundamentos de facto e de direito constantes na informação I/965/2015, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos constantes da I/1344/2015, de 05 de outubro de 2015, (e que, a fim de fazer parte integrante da presente ata, se dá aqui por reproduzida – **Anexo 1**), **delibera indeferir os pedidos aí identificados atendendo que pretendem a venda ambulante para locais fixos ou para a categoria de produtos não previstos no Anexo I do Regulamento ou a atribuição do direito ao uso de espaço público, sujeita a sorteio nos termos do artigo 20, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

18 - ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE USO DE 23 LUGARES EM ESPAÇO PÚBLICO AUTORIZADO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE

681 - O artigo 17.º, n.º 1 do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes estabelece que o exercício da venda ambulante é autorizada em toda a área do município com caráter essencialmente itinerante ou nos locais fixos, para comércio das categorias de produtos e para o número de vendedores ambulantes previstos no Anexo I.

O artigo 20.º, n.º 2, prevê um regime de exceção relativo aos locais que, à data da entrada em vigor do presente Regulamento, já tinha sido atribuído o direito de uso do espaço público.

Através da integração no regime excecional previsto na aludida norma regulamentar, a Câmara Municipal, em reunião ordinária do dia 23 de julho de 2015, deliberou atribuir o direito de uso para os locais que comprovadamente eram ocupados à data da entrada em vigor do regulamento.

Concluído este processo, reunimos condições para proceder à atribuição do direito de uso de espaço público dos lugares autorizados para o exercício da atividade de venda ambulante e ainda não atribuídos.

De acordo o artigo 21.º do Regulamento, o procedimento de seleção relativo à atribuição do direito de uso do espaço público para o exercício da venda ambulante deve ser efetuado através de sorteio, por ato público, anunciado em edital, em sítio da Internet da câmara municipal, num dos jornais com maior circulação no município e, ainda, no balcão eletrónico dos serviços, prevendo um período mínimo de 20 dias para aceitação de candidaturas, sendo os selecionados anunciados em sítio na internet da Câmara Municipal e no balcão eletrónico dos serviços.

De acordo com o Anexo I do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, foram estabelecidos 57 lugares para o exercício da atividade de venda ambulante.

Através a aplicação do regime excecional previsto no artigo 20.º, n.º 2 do Regulamento, foram atribuídos 34 lugares previstos para venda ambulante.

Nestes termos e ao abrigo do previsto no artigo 20.º n.º 1, conjugado com o artigo 21.º, n.º 5, do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, a Câmara Municipal delibera:

a) Dar início ao procedimento de atribuição do direito de uso dos 23 lugares autorizados e ainda não atribuídos, referentes ao ramo de atividade e categorias de produtos admitidos em cada um dos lugares e identificados no Anexo I do Regulamento, para o

exercício da atividade de venda ambulante, através de sorteio, por ato público, e a sua publicitação em conformidade com o artigo 20.º, n.º 1 do Regulamento, que a seguir se identificam:

- 2 lugares, com 2m² cada, estabelecidos em espaço público na Rua da Juventude, junto à Capela de Picasssinos, Marinha Grande, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 1 lugar, com 2m², estabelecido em espaço público na Rua Bernardino José Gomes (junto à Caixa Geral de Depósitos) na Marinha Grande, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 2 lugares, com 2m² cada, estabelecidos em espaço público na Estrada Atlântica (junto ao Inatel) em São Pedro de Moel, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 2 lugares, com 2m² cada, estabelecidos em espaço público no Largo da Capela, na Moita, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 3 lugares, com 4m² cada, estabelecidos em espaço público no Largo da Capela, na Moita, para a comercialização de artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas;
- 2 lugares, com 2m² cada, estabelecidos em espaço público na Rua da Charnequinha (junto ao campo de futebol), na Moita, para a comercialização de produtos hortofrutícolas;
- 1 lugar, com 4m² cada, estabelecido em espaço público na Rua da Charnequinha (junto ao campo de futebol), na Moita, para a comercialização de aves vivas;
- 2 lugares, com 2m² cada, estabelecidos em espaço público no Largo Nossa Sra. Da Ajuda, Passagem, Vieira de Leiria, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 1 lugar, com 2m², com banca, estabelecido em espaço público na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de frutos secos e similares;
- 1 lugar, com 2m², com banca, estabelecido em espaço público na Avenida dos Pescadores, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de peixe;
- 1 lugar, com 4,5m², estabelecido em espaço público na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de marisco;
- 5 lugares, com 4m², estabelecidos em espaço público na Rua da Boavista, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de artigos com caráter eminentemente cultural produzido por artistas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

b) Aprovar as condições constantes do edital do sorteio e programa de procedimento, que se dão aqui por reproduzidos e que anexam à presente ata (Anexo 2).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

19 - PUBLICITAÇÃO DO INÍCIO DO PROCEDIMENTO – ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE VENDA A PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE.

O Sr. Vice-Presidente e a Chefe da DAM, Dr.ª Lina Frazão, explicaram as diversas fases do procedimento.

De seguida foi posta a votação a seguinte proposta:

682 - O novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, veio estabelecer o procedimento do regulamento administrativo, bem como o dever de se publicitar o início do procedimento com vista a possibilitar a constituição como interessados e a apresentação de contributos pelos cidadãos para a elaboração de um Regulamento a aprovar pelos órgãos competentes do município, in caso, o Projeto do Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda a Público e de Prestação de Serviços no Município da Marinha Grande

Nesta conformidade, o artigo 98.º, n.º 1 do CPA, consagra que o início do procedimento é publicado na internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento.

Nestes termos e ao abrigo do previsto o n.º 1, do artigo 98.º do CPA, esta Câmara Municipal delibera:

a) Dar início ao procedimento relativo à elaboração do Projeto de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda a Público e de Prestação de Serviços no Município da Marinha Grande, o qual terá por objeto a definição e fixação dos períodos de abertura e funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços situados na área do Concelho da Marinha Grande.

b) Que a publicitação da iniciativa procedimental seja efetuada no sítio institucional do Município da Marinha Grande, sendo que os interessados deverão constituir-se no procedimento no prazo de dez dias úteis, a contar da publicitação de edital na internet, no *síte* deste Município, com vista à apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento.

c) Que a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento, seja formalizada por escrito, mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, identificando devidamente o requerente.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES NO MUSEU JOAQUIM CORREIA – CONCURSO PÚBLICO N.º 04/2007. RECEÇÃO DEFINITIVA. RATIFICAÇÃO.

683 - Presente despacho n.º 324/2015, de 24 de julho, do Vice-Presidente da Câmara, pelo qual foi recebida definitivamente a obra de Construção do pavilhão de exposições no Museu Joaquim Correia, em conformidade com o respetivo auto de receção.

Presente auto de receção definitiva, da empreitada identificada, em que se conclui que a obra está em condições de ser recebida definitivamente.

Considerando que a obra foi adjudicada por deliberação camarária, de 29 de janeiro de 2009, o que determinaria que a receção definitiva teria de ser submetida a apreciação e deliberação do órgão Câmara Municipal.

Considerando que é admissível proceder à ratificação do despacho n.º 324/2015, na parte em que aprova a receção definitiva da obra, com efeitos reportados à data daquele despacho, de acordo com o artigo 164.º, n.ºs 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 164.º, n.ºs 3 e 5, do Código do Procedimento Administrativo, ratificar o despacho n.º 324/2015, de 24 de julho, na parte em que procedeu à receção definitiva da obra de Construção do pavilhão de exposições no Museu Joaquim Correia, com efeitos reportados à data dele constante.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - REQ. N.º 1356/15, DATADO DE 2015/09/23 – PC N.º 87/15, DATADO DE 2015/03/26 – ARMANDO FERREIRA MACHADO

684 - Presente requerimento n.º 1356/15, datado de 2015/09/23, constante do processo camarário n.º 87/15, subscrito por **ARMANDO FERREIRA MACHADO**, com o NIF n.º 114588686, residente em Rua 1.º de Dezembro, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

“Legalização da alteração de moradia, anexo e muros de vedação”, bem como da obra de *“Ampliação de moradia existente”*, localizada num prédio urbano sito na Rua 1.ª de Dezembro, lugar Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2617, e inscrito na respetiva matriz sob o número 3235.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/09/30, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração de moradia, anexo e muros de vedação”*, bem como da obra de *“Ampliação de moradia existente”*, localizada num prédio urbano sito na Rua 1.ª de Dezembro, lugar Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2617, e inscrito na respetiva matriz sob o número 3235, com o número de processo 87/15, com data de entrada em 2015/03/26, apresentado por ARMANDO FERREIRA MACHADO, com o NIF n.º 114588686, residente em Rua 1.ª de Dezembro, n.º 13, lugar de Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

4. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

5. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao correto acabamento da obra.

Mais delibera INFORMAR o requerente que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

685 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: *“(...)Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(…).”*

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei nº 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.
- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS – RENDIMENTOS DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017

686 - De acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do

montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.

Considerando que nos termos do n.º 2 do mesmo artigo a participação variável no IRS depende da tomada de deliberação sobre a percentagem pretendida pelo Município, a qual tem que ser comunicada por via eletrónica à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2016 e anos seguintes;

A Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter a presente proposta, para cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do art. 25.º do mesmo diploma, de fixação da percentagem de 5% na participação variável do Município da Marinha Grande no I.R.S. no que respeita aos rendimentos relativos ao ano de 2016 a liquidar em 2017.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - LANÇAMENTO DA DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2015 A COBRAR NO ANO DE 2016

687 - De acordo com o estabelecido na alínea b) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que preceitua o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança de derramas lançadas nos termos do art.º 18.º do mesmo diploma legal, constitui uma receita municipal.

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território.

Considerando que de acordo com o n.º 4 do art.º 18.º da referida lei, a Assembleia Municipal pode, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar lançar uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000 euros.

Considerando os investimentos em curso e que se perspectivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infraestruturas de redes municipais e da requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2016 e seguintes.

A Câmara Municipal, apreciando o exposto e concordando com o seu teor, delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art. 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a seguinte proposta de lançamento da derrama relativa ao ano de 2015 a cobrar em 2016, fixando-a em:

- **1,5% para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que registem no ano anterior um volume de negócios que ultrapasse os 150.000,00 euros, nos termos do disposto art.º 18.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;**
- **0,75% para os sujeitos passivos com lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) que no ano anterior registem um volume de negócios que não ultrapasse os 150.000 euros, nos termos do disposto no art.º 18.º, n.º 4 da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro;**

Mais delibera remeter a presente proposta de deliberação à Assembleia Municipal para que este órgão deliberativo autorize o lançamento da derrama relativa ao ano de 2015, a cobrar em 2016, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016 E REDUÇÃO DA TAXA DE IMI PARA O PRÉDIO DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO SUJEITO PASSIVO

25-A - FIXAÇÃO DA TAXA RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016

688 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal

sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que nos termos do n.º 5 do art.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, de ora em diante designado por CIMI, na sua redação atual, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano aos prédios urbanos, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo.

Considerando que a deliberação que fixa as taxas do IMI deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos, por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 30 de novembro de 2015, atento o disposto no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI;

Considerando que o intervalo preceituado na alínea c) do n.º 1 do art.º 112.º do CIMI, para os prédios urbanos, varia de 0,3 % a 0,5 %;

Considerando os investimentos em curso e que se perspetivam lançar no concelho da Marinha Grande nas áreas das infra-estruturas de redes municipais e requalificação urbana, cuja execução física e financeira terá um forte impacto na estrutura da despesa do orçamento camarário do ano de 2016.

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos munícipes do concelho da Marinha Grande.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis para os prédios urbanos em 0,3%, respeitante ao ano de 2015 a liquidar no ano de 2016, para que o órgão deliberativo fixe as mesmas nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal, atenta a necessidade da sua comunicação à Direção Geral dos Impostos, até 30 de novembro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25-B - REDUÇÃO DA TAXA DE IMI, RESPEITANTE AO ANO DE 2015 A LIQUIDAR NO ANO DE 2016, PARA O PRÉDIO DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO SUJEITO PASSIVO

689 - Nos termos do disposto na alínea a) do art.º 14.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, diploma que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), constitui receita dos municípios.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Conforme estipulado na alínea d) do n.º 1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal fixar anualmente o valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, mediante proposta da Câmara Municipal, conforme disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do mesmo diploma legal.

Considerando que com a publicação da Lei n.º 82-D/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, foi aditado o n.º 13 ao artigo 112º do Código do IMI, com a seguinte redação:

“(...) Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, podem fixar uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:

<i>N.º de dependentes a cargo</i>	<i>Redução de taxa até</i>
<i>1</i>	<i>10 %</i>
<i>2</i>	<i>15 %</i>
<i>3</i>	<i>20 %</i>

(...)”

Considerando que de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, *“(...) A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios. (...)”*.

Considerando o preceituado no n.º 13 do art.º 112 do CIMI, a Autoridade Tributária e Aduaneira emitiu o ofício circulado, n.º 40110 de 21 de julho de 2015 e a Circular n.º 9/2015 de 28 de agosto, que revogou o referido ofício circulado, esclarecendo que até 15 de setembro de 2015 esta entidade teria de fornecer aos municípios a informação necessária para a deliberação da redução da taxa de IMI.

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do art.º 17.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro a Autoridade Tributária e Aduaneira, através de email remetido a esta autarquia a 15 de setembro de 2015, veio a prestar a informação necessária para a autarquia proceder ao apuramento da despesa fiscal decorrente da eventual aplicação da redução da taxa IMI, nos termos do n.º 13 do art.º 112º do Código do IMI e para cumprimento do preceituado no n.º 2 do art. 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro.

Considerando que a deliberação que fixa a redução da taxa do IMI para prédios destinados a habitação própria e permanente em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo deve ser comunicada à Direção Geral dos Impostos,

por transmissão eletrónica de dados, até ao dia 30 de novembro de 2015, atento o disposto no n.º 14 do art.º 112.º do CIMI;

Considerando a atual conjuntura económica e social do país e todo o esforço que está a ser requerido à população em geral e em especial aos munícipes do concelho da Marinha Grande.

Considerando o exposto, a Câmara Municipal delibera nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a redução da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, para prédios destinados a habitação própria e permanente em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo, respeitante ao ano de 2015 a liquidar no ano de 2016, atento o disposto no n.º 9 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, n.º 2 do mesmo artigo e diploma legal e n.º 13 do art.º 112 do CIMI, na sua redação atual, conforme o disposto no quadro seguinte, considerando que atenta a informação prestada pela Autoridade Tributária e Aduaneira tal consubstancia uma despesa fiscal de 80.655,16 euros, no ano de 2016.

Nº dependentes do agregado familiar	Redução de taxa em
1	10%
2	15%
3 ou mais	20%

Mais delibera, e atenta a necessidade da comunicação à Direção Geral dos Impostos da redução da taxa do IMI para prédios destinados a habitação própria e permanente em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo até ao dia 30 de novembro de 2015, remeter esta proposta à Assembleia Municipal para que o órgão deliberativo fixe a mesma nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 25 do mesmo diploma legal e em cumprimento do disposto no n.º 9 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, n.º 2 do mesmo artigo e diploma legal e n.º 13 do art.º 112 do CIMI, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5votos a favor e 2 votos contra dos Srs. Vereadores Vítor Pereira e Alexandra Dengucho.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho proferiu a seguinte declaração de voto:

“A justificação que é apresentada para esta medida, é o “incentivo à natalidade”. Não vislumbramos como pode a adopção desta medida contribuir para o incremento da natalidade. A medida sugerida pelo Governo Central às Autarquias, é de uma hipocrisia atroz! Na verdade, há uma total ausência de políticas públicas que incentivem a natalidade. Pior: há a adopção de políticas que desincentivam a natalidade: encerramento de serviços públicos (Escolas, Centros de Saúde, etc), baixos salários, cortes nos salários e nas pensões, não protecção efectiva dos direitos de paternidade e maternidade, etc.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Neste caso concreto, o Governo vai ao “bolso” das autarquias para colocar (alegadamente) no “bolso” dos munícipes e depois vai ao “bolso” dos munícipes buscar este e muito mais. Dá com uma mão o que não é dele, e tira com as duas mãos ao aplicar às famílias brutais impostos.

Votaria favoravelmente se a medida fosse aplicada a agregados familiares com mais baixos rendimentos. Não o sendo, não pode merecer a minha concordância.”

O Sr. Vereador Vítor Pereira subscreveu a declaração de voto proferida pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.

O Sr. Vice-Presidente proferiu a seguinte declaração de voto:

“Apresentámos e votámos favoravelmente esta proposta porque no cômputo geral a despesa fiscal não é muito significativa no orçamento municipal.

Por outro lado os mais beneficiados com esta medida serão os trabalhadores que compõem a classe média, tão martirizada nos últimos anos.

Lamento que tendo enviado antecipadamente a proposta a todos os Srs. Vereadores, não tenhamos antecipadamente chegado a um consenso por não oposição antecipada.”

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira subscreveu a declaração de voto proferida pelo Sr. Vice-Presidente.

26 - REVISÃO DA RENDA SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO DE ZÉLIA MARIA PEREIRA OLIVEIRA, INQUILINA RESIDENTE NA RUA PROFESSOR MELO VIEIRA BLOCO 1 3.º ESQUERDO, CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL CORRIGIDO.

690 - Presente informação n.º 1320 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 30 de setembro de 2015, referente à necessidade de revisão do valor da renda em causa, por alteração do rendimento familiar.

Considerando que, a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Leis n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que, a referida Lei, entrou em vigor a 1 de março do corrente ano;

Considerando que, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que, o artigo 21.º desta mesma Lei, prevê que: “o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (419,22€)”

Considerando que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro: “... há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar, devendo o arrendatário comunicar o facto ao senhorio, no prazo máximo de 30 dias a contar da data da ocorrência”.

Considerando a alteração dos rendimentos do agregado familiar;

Considerando que, o n.º 2 do artigo 37.º da referida Lei, determina que: “ *quando o valor da renda em regime de arrendamento apoiado representar um aumento superior ao dobro da renda anterior, há lugar à sua aplicação faseada nos primeiros três anos, nas seguintes condições:*

- a) *No primeiro ano, o montante da renda corresponde ao da renda anterior, acrescido de um terço do valor do aumento verificado;*
- b) *No segundo e terceiro anos, ao montante da renda praticado em cada um dos anos anteriores é acrescido mais um terço do aumento.”*

Considerando que, nos termos do n.º 3, do artigo acima mencionado: “ *durante o faseamento não é aplicável o regime de atualização anual da renda.*”

Considerando, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

Considerando, por fim que, dos cálculos efetuados resulta que, se terá de aplicar o constante no n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de Dezembro.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e, em conformidade com a alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º e o n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro proceder à revisão da renda de Zélia Maria Pereira Oliveira, cujo valor a aplicar consta do seguinte quadro:

R.º Professor Melo Vieira – Bloco 1

ATUALIZAÇÃO FASEADA

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/14	RENTA/15	RENTA/16	RENTA/17
Zélia Maria Oliveira	3.º Esq.º	22/03/2012	4,23€	10,48€	16,74€	22,99€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro, que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil do mês de dezembro do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - APRECIÇÃO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS NO 1.º E 2.º TRIMESTRE DO ANO 2015, RELATIVAS AO INCENTIVO À NATALIDADE E APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE SUJEITAS A AUDIÊNCIA PRÉVIA, ESCLARECIMENTOS E DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

691 - Presente informação n.º 1/1264/2015 datada de 24 de setembro de 2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, dando conta da apreciação de 19 processos de candidatura no âmbito do Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, que deram entrada no 1.º e 2.º trimestre de 2015, conforme estabelece o regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, aprovado na reunião de câmara de 16 de abril de 2014, e em reunião da Assembleia Municipal datada de 30 de abril de 2014, relativamente aos quais foi necessário esclarecer dúvidas e efetuar diligências complementares, tendo em conta o previsto no n.º 4 do artigo 9.º do regulamento, e tendo em conta o preceituado no n.º 1 e do n.º 2 do artigo 121.º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015.

1. Considerando que dos 17 (dezassete) processos que deram entrada no 2.º trimestre de 2015, ao abrigo da alínea a) ou b) do n.º 3 do artigo 2.º do citado regulamento, e tendo sido efetuados os devidos esclarecimentos, 9 (nove) candidaturas cumprem as condições de atribuição do incentivo consagradas nas alíneas a) a f), do artigo 3.º do regulamento Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, e atendendo ao definido na alínea a) ou b) do artigo 4.º do regulamento mencionado;

Propõe-se a atribuição dos seguintes subsídios aos processos dos requerentes abaixo identificados:

Processo com o registo de entrada	1.º Progenitor (Requerente)	NIF	2.º Progenitor (Requerente)	NIF	Subsídio a atribuir	
					Pagamento de 1.ª tranche em 2015	Pagamento de 2.ª tranche em 2015
E/3454/2015	Ana Patrícia da Silva Rosa	243610858	Ricardo Daniel Fernandes Lucas	221379606	125€	125€
E/3609/2015	Tânia Marta Vieira do Vale Calçada	215241045	Carlos Alberto Cardoso Pinto	227235886	125€	125€
E/4417/2015	Carina Alexandra Pereira Barracho	217625720	Hugo André da Costa Coelho	242297501	500€	500€
E/4746/2015	Ângela Filipa Campaniço Ferreira	227694490	Eurico Gonçalo Moura Carlos	220252653	500€	500€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

E/4820/2015	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Fernando Gomes Serrano	203916123	500€	500€
E/5016/2015	Ricardo José Alexandre Franco	223541222	Núria Carina Cardeira Martins	233736212	125€	125€
E/5476/2015	Ricardo Jorge Pinto Fernandes	219849897	Liliana Gomes Martins dos Santos	246108673	125€	125€
E/5595/2015	Betina Maria Dinis Ferreira Arroiteia	213820820	José Carlos Pereira Brás Arroiteia	191593672	500€	500€
E/5362/2015	Liliana Andreia Raposeiro Martinho	212767062	-----	-----	500€	500€

2. Considerando que dos processos que deram entrada no 2º trimestre ao abrigo da alínea a) e b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, e relativamente aos quais foi feita audiência prévia tendo em conta o preceituado no n. 1 e do n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, não tendo sido apresentada pronúncia por parte dos requerentes, 8 (oito) candidaturas não cumprem as condições de atribuição do incentivo consagrado na alínea a) e f) do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, no concelho da Marinha Grande, pelo que se propõe o seu indeferimento com base nos seguintes fundamentos abaixo identificados:

2.1 No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, a candidatura não cumpre com a condição prevista na alínea a) do número 1 do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, designadamente que a criança se encontre registada como natural do concelho da Marinha Grande. Acresce o facto de que à data, a candidatura não cumpria com as condições previstas na alínea e) do n. 1 do artigo 3º, existindo dívidas ao município;

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/3053/2015	Clara Sofia da Silva Matos	241938147	Tiago Matildes Silva	245867651

2.2 No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, a candidatura não cumpre com a condição prevista na alínea a) do número 1 do artigo 3º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, designadamente que a criança se encontre registada como natural do concelho da Marinha Grande.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/5596/2015	Ricardo João Conde Búzio Mendes Duarte	216670853	Maria Olívia Santos Caeiro Gomes	209541792

2.3. Nos 4 (quatro) processos de candidatura abaixo identificados e que deram entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 4

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

(quatro) salários mínimos nacionais (SMN's), nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/4523/2015	Daniela Gaspar de Sousa	221670769	Miguel José Ramos Freire	218158505
E/4981/2015	Andreia Augusta Correia da Fonseca	234975938	Nuno Ricardo Fernandes Oliveira	222828536
E/5280/2015	Paulo Eduardo Ascenso Marrazes	201710730	Sónia Maria Ribeirinho da Silva	220306605
E/4796/2015	Gonçalo Miguel Frutuoso Ferreira	209366559	Sara Raquel Nunes Castro Santos	231190590

2.4. No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacionais (SMN's). Acresce o facto de a requerente não ter entregue a declaração obrigatória de acordo com a alínea g) do artigo 5º:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF
E/5147/2015	Maria Ivone Bento Alves Pereira	179506820

2.5. No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o rendimento global mensal do agregado familiar excede o valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos nacionais (SMN's). Acresce o facto de a requerente não ter entregue a declaração obrigatória de acordo com a alínea g) do artigo 5º bem como a cópia do IRS de 2014 e Nota de liquidação que lhe foram solicitados em sede de audiência prévia.

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF
E/3363/2015	Susana Cristina Gaspar Morganiça	216644143

3. Relativamente a 2 (dois) processos abaixo identificados que deram entrada no 1º trimestre ao abrigo da alínea a) e b) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, presentes em reunião de câmara de 11 de junho e relativamente aos quais foi feita audiência nos termos dos artigos 121º e 122º do Código do Procedimento Administrativo, os requentes se pronunciaram, e foi efetuada a análise das alegações dos requerentes, propõe-se;

3.1. No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, o processo de candidatura deu entrada 3 dias após o prazo limite, violando o preceituado no n.1, do artigo 6º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à família, no concelho da Marinha Grande, não tendo o requerente na sua pronúncia apresentado prova em contrário, pelo que se mantém proposta de indeferimento:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/1360/2015	João Filipe Dos Santos Moita	182180509	Mouna Fatimi	Não identificado

3.2. No processo de candidatura abaixo identificado e que deu entrada ao abrigo da alínea a) do n. 3 do artigo 2º do citado regulamento, os requerentes alegam que o processo foi analisado com base no IRS de 2013, juntando ao processo o IRS de 2014 e respetiva nota de liquidação. Reanalisado o processo e tendo em conta o preceituado na alínea g) do artigo 5º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à família no concelho da Marinha Grande, e designadamente os rendimentos auferidos pelo agregado no ano civil imediatamente anterior à data da candidatura, propõe-se o deferimento do processo:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Subsídio a atribuir	
					Pagamento de 1ª tranche em 2015	Pagamento de 2ª tranche em 2015
E/1748/2015	Sofia Denis Nunes	232524629	Luís Filipe Pereira Simões	204364108	125€	125€

4. Deste modo e atendendo a que:

As candidaturas deverão ser apreciadas no final de cada trimestre e ser alvo de deliberação da autarquia no mês seguinte, de acordo com o disposto no número 1 do artigo 9.º do referido regulamento;

Os processos originais a que se refere a informação se encontram na Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, com a respetiva documentação;

Existe dotação disponível na ação 2014/A/75 do Plano de Atividades Municipal;

A Câmara Municipal analisou a presente informação e delibera, ao abrigo da alínea v) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o disposto no artigo 9.º do regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no concelho da Marinha Grande, deferir 10 (dez) candidaturas, mencionadas nesta deliberação, constantes nos documentos em anexo, e proceder ao pagamento do incentivo aos requerentes, calculado com base na alínea a) e b) do artigo 4º do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família no Concelho da Marinha Grande, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF	Subsídio a atribuir	
					Pagamento de 1ª tranche em 2015	Pagamento de 2ª tranche em 2015
E/3454/2015	Ana Patrícia da Silva Rosa	243610858	Ricardo Daniel Fernandes Lucas	221379606	125€	125€
E/3609/2015	Tânia Marta Vieira do Vale Calçada	215241045	Carlos Alberto Cardoso Pinto	227235886	125€	125€
E/4417/2015	Carina Alexandra Pereira Barracho	217625720	Hugo André da Costa Coelho	242297501	500€	500€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

E/4746/2015	Ângela Filipa Campaniço Ferreira	227694490	Eurico Gonçalo Moura Carlos	220252653	500€	500€
E/4820/2015	Catarina Alexandra Dias Prates	212762508	Fernando Gomes Serrano	203916123	500€	500€
E/5016/2015	Ricardo José Alexandre Franco	223541222	Núria Carina Cardeira Martins	233736212	125€	125€
E/5476/2015	Ricardo Jorge Pinto Fernandes	219849897	Liliana Gomes Martins dos Santos	246108673	125€	125€
E/5595/2015	Betina Maria Dinis Ferreira Arroiteia	213820820	José Carlos Pereira Brás Arroiteia	191593672	500€	500€
E/5362/2015	Liliana Andreia Raposeiro Martinho	212767062	-----	-----	500€	500€
E/1748/2015	Sofia Denis Nunes	232524629	Luis Filipe Pereira Simões	204364108	125€	125€

Delibera ainda o indeferimento de 9 (nove) candidaturas, relativamente às quais foi feita audiência prévia de acordo com o preceituado no n. 1 e do n. 2 do artigo 121º do Código do Procedimento Administrativo publicado em 7 de Janeiro de 2015, pelos motivos acima mencionados, nomeadamente:

Processo com o registo de entrada	1º Progenitor (Requerente)	NIF	2º Progenitor (Requerente)	NIF
E/3053/2015	Clara Sofia da Silva Matos	241938147	Tiago Matildes Silva	245867651
E/5596/2015	Ricardo João Conde Búzio Mendes Duarte	216670853	Maria Olívia Santos Caeiro Gomes	209541792
E/4523/2015	Daniela Gaspar de Sousa	221670769	Miguel José Ramos Freire	218158505
E/4981/2015	Andreia Augusta Correia da Fonseca	234975938	Nuno Ricardo Fernandes Oliveira	222828536
E/5280/2015	Paulo Eduardo Ascenso Marrazes	201710730	Sónia Maria Ribeirinho da Silva	220306605
E/4796/2015	Gonçalo Miguel Frutuoso Ferreira	209366559	Sara Raquel Nunes Castro Santos	231190590
E/5147/2015	Maria Ivone Bento Alves Pereira	179506820	-----	---
E/3363/2015	Susana Cristina Gaspar Morganiça	216644143	----	-----
E/1360/2015	João Filipe Dos Santos Moita	182180509	Mouna Fatimi	Não identificado

Mais delibera definir as datas limite de entrega dos documentos comprovativos de despesa, a saber:

Data limite de entrega de documentos para 1.ª Tranche	Até 13/11/2015
Data limite de entrega de documentos para 2.ª Tranche	Até 04/12/2015

Por fim, delibera que a não apresentação dos referidos documentos dentro dos prazos estabelecidos, determina a caducidade automática da presente deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Entendo que os critérios de atribuição previstos no artigo 4.º não são ajustados. Partem de um rendimento mensal dos agregados familiares e não consideram um rendimento per capita (por cabeça) aquele que permite perceber a relação do rendimento do agregado por

cada elemento que o constitui. Ora, 1.000 € de rendimento de um agregado pode ser um rendimento razoável se ele for constituído apenas por duas pessoas mas será seguramente baixo se ele tiver oito pessoas. A análise da condição económica do agregado, que determinará o valor do apoio, será desajustada, injusta. Contudo, apesar destes pontos, considera-se favorável que a proposta agora apresentada pelo executivo permanente, contemple a noção de discriminação positiva na aplicação desta medida política que era uma das críticas que o Movimento pela Marinha sempre fez ao anterior regulamento."

28 - PROPOSTA PARA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

692 - Presente Informação nº 229/2015 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – Arquivo Municipal – sobre proposta para eliminação de documentação existente à sua guarda, tendo como base a legislação em vigor.

Presente relação de séries documentais a eliminar que, com base na Informação supra citada, obteve aprovação dos serviços produtores.

Presente pareceres consultivos do Arquivo Distrital de Leiria e Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

A Câmara Municipal após apreciação do referido documento e considerando que,

A relação das séries documentais foi objeto de apreciação e posterior aprovação dos serviços produtores.

A relação acima mencionada foi posteriormente submetida ao Arquivo Distrital de Leiria e à Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, tendo obtido pareceres favoráveis de ambas as entidades.

Delibera, no uso da competência prevista na alínea cc) do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com a Portaria nº 412/2001 de 17 de Abril, com as alterações constantes na Portaria nº 1253/2009 de 14 de Outubro, e com o parecer da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, aprovar a eliminação da documentação constante na relação que faz parte integrante desta deliberação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE BILHETES PARA ESPETÁCULOS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO NA CASA DA CULTURA TEATRO STEPHENS

693 - Assumindo o protagonismo que detém na memória e identidade marinhenses, pretende-se que a Casa da Cultura - Teatro Stephens venha a determinar os espíritos criativos locais, a promover e a incentivar a partilha de saberes e experiências, e a potenciar os horizontes de todos os que se revêem numa programação regular, eclética e enriquecedora. Acima de tudo trabalhar para que este equipamento seja um pólo de

desenvolvimento cultural e um garante na formação de públicos, fundamentais na sua sustentabilidade futura.

Nesse sentido propomos que a programação apresentada sendo balizada por princípios de rigor orçamental, permita dar a conhecer ao público marinhense projetos que se destaquem na cena cultural local, regional e/ou nacional. Pretende-se continuar a dar oportunidade de apresentação nesta sala, a projetos locais nas diversas áreas artísticas, pois entendemos que só esse equilíbrio entre uns e outros permitirá criar o elo de ligação dos marinhenses à sua sala. Procuraremos igualmente trazer outros projetos já consagrados que por isso mesmo merecem ter o devido destaque nesta Casa que se pretende abarque um vasto leque de opções artísticas.

Nesse sentido, por forma a possibilitar a sua venda, e atendendo a que: a Inf. 48/2015 de 2 de junho que apresenta proposta de programação para novembro e dezembro de 2015 e de fixação de preço de bilhetes de ingresso, teve o correspondente despacho do então Vereador da Cultura, Dr. Vítor Pereira datado de 4 de junho e a Inf. 81/2015 de 6 de outubro complementar à 1.ª, teve correspondente despacho favorável pela Sr.ª Vereadora da Cultura Dr.ª Cidália Ferreira datado de 8 de outubro;

O Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente o seu artigo 6.º, refere que este é um equipamento cultural sob gestão da Câmara Municipal, e o n.º 9 artigo 26.º que refere que: *“...o preço dos bilhetes, a fixar por deliberação da Câmara Municipal, está limitado a um preço mínimo de 1 euros e a um preço máximo de 30€.”*;

De acordo com a alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal *“fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados (...)”*;

Segundo a alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma lei, compete ainda à Câmara Municipal *“criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, (...) de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal”*;

Propõe-se a fixação dos preços para os bilhetes de ingresso nos eventos de novembro e dezembro de 2015 na CCTS, de acordo com a seguinte tabela:

NOVEMBRO	EVENTO/ÁREA ARTÍSTICA	ARTISTA/COMPANHIA	CUSTOS	VALOR BILHETE C/ IVA INCLuíDO À TAXA LEGAL EM VIGOR
7	MÚSICA	SALTO	2000€+IVA	8€
14	TEATRO	“NOVECIENTOS O PIANISTA DO OCEANO” PERIPÉCIA	2500€+IVA	8€
21	MÚSICA	ORQUESTRA DA AMIEIRINHA a cf.	S/custos	Gratuito
27	MÚSICA	QUINTETO NUNO COSTA - FESTIVAL DE JAZZ	1750€	8€
28	MÚSICA	SEPTETO TOMÁS PIMENTEL- FESTIVAL DE JAZZ	2100€	8€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

DEZEMBRO				
4	MÚSICA	JEFFERY, MARCOS e ANDERS CHRISTENSEN - FESTIVAL DE JAZZ	1050€	8€
5	MÚSICA	QUINTETO PEDRO NOBRE- FESTIVAL DE JAZZ	1750€	8€
11	FESTA NATAL	CEDÊNCIA APPACDM	-	-
19	MÚSICA	PEDRO CALDEIRA CABRAL	3000€+IVA	12,50€

A Câmara Municipal da Marinha Grande, analisou a proposta e delibera ao abrigo das alíneas e) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através da interpretação por assimilação extensiva, ou, de modo mais lato, no exercício da competência para a gestão de equipamentos e serviços municipais, aprovar a tabela de preços acima indicada e fixar os montantes dos bilhetes para entrada nos espetáculos de novembro e dezembro de 2015 que vão decorrer na Casa da Cultura Teatro Stephens.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - IGUALDADE DE GÉNERO: ASSINATURA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A COMISSÃO PARA IGUALDADE DE GÉNERO E ADESÃO À REDE NACIONAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** explicou este ponto da ordem do dia e a sua razão de ser.

Os **Srs. Vereadores Carlos Logrado e Aurélio Ferreira** manifestaram alguma preocupação relativamente à possibilidade de futuramente haver encargos financeiros para a Câmara, questionando também qual a natureza jurídica desta rede social.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** disse que também o preocupa o facto de não vir nada quantificado, mas que vai votar a favor porque a questão da igualdade de géneros ainda se põe.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que este assunto já tinha sido estudado e tinha sido pedido aos serviços um levantamento dos instrumentos existentes nesta área, com vista à elaboração de um plano.

A **Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira** esclareceu as questões colocadas, referindo que estão no Protocolo as responsabilidades da CMMG e que não há participações financeiras.

Seguidamente foi posta a votação a seguinte proposta:

30-A - ADESÃO À CARTA DE PRINCÍPIOS E À REDE RSOPT

694 - Presente proposta de adesão à rede RSOPT que tem como missão promover o desenvolvimento, operacionalização e incorporação de conceitos e ferramentas de responsabilidade social nas organizações, promover a convergência e disseminação de conhecimento nesta área e contribuir de forma significativa e real para a implementação de

políticas e práticas sustentadas na gestão das organizações, independentemente do ramo de atividade que estas exerçam, dimensão ou localização que tenham.

A rede RSOPT é composta por organizações e pessoas interessadas em promover a Responsabilidade Social, assumindo-se estas como parte integrante da solução para os problemas, numa ótica de conjunto e de coresponsabilização, cujos seus membros se pautam a atuação de acordo com os princípios definidos na Carta de Princípios em anexo (anexo 1). A participação na rede RSOPT implica a adesão à respetiva Carta de Princípios que se anexa **(Anexo 4 da ata)**.

Deste modo, considerando que constituem atribuições do município a promoção do desenvolvimento, bem como a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações.

As autarquias locais têm como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, nomeadamente nos domínios previstos do n.º 2, do Art.º 7.º e no n.º 2, do Art.º 23.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Município de Marinha Grande, promotor da Rede Social do Concelho, constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias.

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo da do artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alínea m), da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a adesão à Carta de Princípios da rede RSOPT e respetiva adesão e participação na rede RSOPT.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30-B - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO

695 - Presente ainda proposta de assinatura de protocolo de colaboração com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, com os seguintes objetivos:

- Promoção de intervenções pró-ativas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, incluindo o reforço de competências para a autonomia económica e para a participação nos processos de decisão;
- Promoção de intervenções pró-ativas em benefício dos homens, para que participem mais e com melhores resultados na esfera privada, incluindo o reforço de competências para a autonomia individual;
- Promoção de intervenções pró-ativas que visem tornar igualmente amigável, para homens e para mulheres, qualquer atividade humana socialmente útil e que permitam repartir igualmente entre uns e outras o tempo de trabalho pago e não pago;

- Promoção de intervenções de reforço de competências básicas para a vida de todas as pessoas, intervenções para o exercício efetivo e permanente da cidadania democrática em qualquer situação do quotidiano.

Nos termos do disposto no Artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, constitui uma das tarefas fundamentais do Estado Português promover a igualdade entre homens e mulheres;

O Artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa prevê a igualdade de oportunidades independentemente da ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual;

A realização de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens é uma dimensão fundamental da proteção e promoção dos direitos do ser humano e constitui um forte indicador da qualidade da democracia;

A implementação da estratégia de integração da perspectiva de género nas políticas e ações promovidas pelas autarquias não só contribuirá para promover uma igualdade efetiva entre mulheres e homens e responder melhor às necessidades e aspirações das diferentes categorias de munícipes, mas também terá como consequência uma melhor utilização dos recursos humanos e financeiros, uma melhor qualidade da tomada de decisão e um melhor funcionamento da democracia;

A eliminação dos estereótipos de género e a alteração dos modelos sociais e comportamentais deles decorrentes constituem uma preocupação constante das orientações e resoluções do Conselho da Europa e da União Europeia;

Constitui competência da Câmara Municipal assegurar a integração da perspectiva de Género em todos os domínios de ação do Município, designadamente através da adoção de Planos Municipais para a Igualdade, nos termos da alínea q) do n.º 1 do Art.º 33, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais;

O Município de Marinha Grande, promotor da Rede Social do Concelho, constitui uma parceria local efetiva que visa garantir maior eficácia e eficiência nas respostas sociais e rapidez na resolução dos problemas das pessoas e suas famílias, que integra nos seus princípios de ação o Princípio da Igualdade de Género (artigo 10.º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de Junho);

Por outro lado, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género tem por missão garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e de promoção e defesa da igualdade de género, nos termos do nº 1 do artigo 2.º do Decreto Regulamentar nº 1/2012, de 6 de janeiro, e que, nos termos do nº 2 do mesmo artigo, a

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

CIG deve promover a educação para a cidadania e a realização de ações tendentes à tomada de consciência cívica relativamente à identificação das situações de discriminação e das formas de erradicação das mesmas, bem como promover ações que facilitem uma participação paritária na vida económica, social, política e familiar, e que, nos termos do mesmo dispositivo legal, incumbe ainda à CIG prestar assistência técnica a iniciativas na área da cidadania e igualdade de género promovidas por outras entidades;

A Câmara Municipal delibera, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea q) da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar o protocolo a celebrar com a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, cuja minuta fica em anexo (Anexo 5 da ata).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

31 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia catorze de outubro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.320.221,75€** (nove milhões, trezentos e vinte mil, duzentos e vinte e um euros e setenta e cinco centavos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

696 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião eram 13:15 horas.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
15/10/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 25

No final foi elaborada esta ata, que eu, **Maria Fernanda Carvalho Vaz**,
Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente

A Secretária da reunião